

CENÁRIOS PARA A UNIÃO EUROPEIA: QUE FUTURO APÓS 31 DE OUTUBRO DE 2019?

LÚCIO¹, José; MARQUES², Bruno Pereira

¹ CICS.NOVA, jm.lucio@fcsh.unl.pt

² CICS.NOVA, pereira-marques@fcsh.unl.pt

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo antever possíveis cenários para o futuro da União Europeia, tendo em linha de conta um dos temas mais candentes do cenário (geo)político contemporâneo, o Brexit. Como ponto de partida foram consideradas as análises que já desenvolvemos anteriormente (cf. Lúcio e Marques, 2017 e 2018), baseadas na análise de um conjunto alargado de estudos e documentos oficiais que apresentam cenários de evolução futura da União Europeia, designadamente os decorrentes da saída do Reino Unido, e nas perspetivas diferenciadas oferecidas por cultores tais como Mark Leonard, Joergen Moeller, Philippe Defarges ou Alberto Alesina. No âmbito do presente texto analisaremos, com base na “Crise do Estado-Nação” decorrente do processo da Globalização, a qual acarreta alterações ao nível das Identidades, dos Nacionalismos e das Cidadanias, os elementos fundacionais e estruturantes da Identidade Nacional Inglesa (e consequentemente também Britânica) e a forma como os mesmos contribuíram para a atual situação do Brexit. Seguidamente, e em termos metodológicos, recorreremos a uma análise SWOT. Neste aspeto, importa mencionar que os impactos da saída do Reino Unido são, simultaneamente, geoestratégicos, geopolíticos e geoeconómicos. Assim, tentaremos identificar soluções que a União Europeia poderá desenvolver após a saída da sua principal potência atlântica. Procuraremos igualmente antever os possíveis impactos para Portugal e antever possíveis medidas mitigadoras, não esquecendo a ligação muito próxima, política, económica e militar, que ambos os países mantiveram ao longo dos séculos. Muito recentemente, a aprovação de um decreto-lei com medidas de contingência para o caso de o Reino Unido deixar a União Europeia sem acordo de saída, regulando matérias relativas a serviços financeiros e segurança social, bem como a falência da operadora turística Thomas Cook, vieram demonstrar que os problemas que Portugal poderá enfrentar com o Brexit são bem reais.

Palavras-chave: União Europeia; Geopolítica; Geoeconomia; Identidade; Brexit

1. Introdução

A presente comunicação surge como corolário lógico de outros dois trabalhos que desenvolvemos anteriormente (cf. Lúcio e Marques, 2017 e 2018) e visa ajudar a compreender melhor um dos assuntos mais prementes da atualidade mundial, o processo de saída do Reino Unido (RU) da União Europeia (UE), o Brexit. Em termos de estrutura, o texto começa por dissertar acerca do papel do Estado-Nação no alvor do século XXI, da forma como a Globalização leva à reinterpretação das Identidades, da Cidadania e ao (re)surgimento dos Nacionalismo, sendo que no nosso entendimento essa é das explicações do Brexit. Em seguida, fazemos uma breve abordagem histórica de Inglaterra e do RU e da forma como as idiossincrasias culturais e identitárias deste povo formaram um posicionamento geoestratégico e geocultural mais atlântico do que europeu. Na continuação, apresentamos uma análise SWOT com o objetivo de identificar e estruturar os aspetos negativos e positivos decorrentes do Brexit,

seja na perspetiva europeia no seu todo, seja no caso português em particular. Por fim, apresentamos um conjunto de conclusões e de cenários futuros acerca dos desafios decorrentes do Brexit.

2. A Crise do Estado-Nação: Globalização, Identidades, Nacionalismos e Cidades

O processo de saída do Reino Unido, o Brexit, deve ser enquadrado no âmbito mais lato das crises do Estado-Nação, decorrentes da Globalização e da crise/reformulação das Identidades (cf. Castells, 2007). De facto, nas últimas décadas, com maior incidência após a queda do Muro de Berlim e do fim do “mundo bipolar”, o Estado-Nação passou a compartilhar parte do seu Poder (e Soberania) com o capital financeiro, as instituições e organismos internacionais, mas também com as organizações não-governamentais (ONG’s), os *media* ou os movimentos sociais. Paralelamente, os novos fluxos migratórios, com destaque para a questão dos refugiados, e as várias reivindicações de identidade e de pertença, associados à incapacidade do Estado-Nação em responder aos novos desafios e realidades levou Jürgen Habermas (*apud* Castells, 2007) a falar de uma “crise de legitimação” do mesmo. Para Manuel Castells (2007) a Identidade é a fonte de significado e experiência de um povo, com base nos aspetos culturais e históricos, sendo que toda e qualquer Identidade é construída. Para o autor, a construção de Identidades baseia-se na cultura, sendo processada pelos indivíduos, pelos grupos sociais e pela sociedade que conjuntamente reorganizam o seu significado, o que ocorre sempre num contexto determinado por relações de poder, *i.e.* “nós” contra os “outros”. Deste modo, a era da Globalização é também a era do ressurgimento do Nacionalismo, manifestado pela reconstrução da Identidade Nacional. De salientar que o Nacionalismo de hoje tem uma forma própria, independente do Estado, criando a noção de “comunidades imaginadas” (cf. Anderson, 2012), baseada nos fatores culturais (etnia, religião, idioma) que formam um Estado. Para X. Rubert de Ventós (1994) o Nacionalismo é construído a partir de ações e reações sociais que conjuntamente refazem uma Identidade Nacional coletiva e que resultam da interação histórica entre quatro conjuntos de fatores: 1) Primários: etnia, território, idioma, religião; 2) Geradores: meios de comunicação e tecnologia, formação de cidades, surgimento de exércitos modernos e de monarquias centralizadas; 3) Induzidos: codificação da língua em gramáticas oficiais, administração pública, sistema nacional de educação e escolaridade obrigatória; e 4) Reativos: defesa das identidades oprimidas e dos interesses subjugados por um grupo social dominante ou pelo aparelho institucional, resultando na procura de identidades alternativas na memória coletiva do povo. Nesta linha de raciocínio, a Cidadania Nacional (ou “Clássica”) vem sendo abalada pela formação de instituições supranacionais (por exemplo, a União Europeia) e por entidades infranacionais (movimentos reivindicatórios ou separatistas), bem como pela importância crescente da dimensão económica que enfraquece os laços políticos da Cidadania. A dissociação entre Cidadania e Nacionalidade remete a primeira para uma dimensão puramente jurídico-política, afastando-a da dimensão cultural existente em cada Nação. O

conceito de “Cidadania Pós-Nacional” remete para uma cultura mais ampla, de tipo cívico-nacional e não étnico-nacional (cf. Soysal, 1994). Nesta linha de raciocínio, apenas um conceito de Cidadania dissociado de uma Identidade Nacional excludente permite uma política mais ampla em relação à imigração e concessão de asilo. Desta forma ganha sentido o conceito mais amplo de “Cidadania global”, o qual defende que valores como a solidariedade, a diversidade, a democracia e os direitos humanos são defendidos à escala planetária. De salientar que como projeto político a “Cidadania Global” remete para a constituição de uma comunidade política global futura, na senda de “A Paz Perpétua” de Immanuel Kant (cf. Kant, 2008).

3. Fundamentos históricos e culturais do Brexit

O período entre 1290 e 1490 foi marcado por uma sucessão de conflitos externos; “Guerra dos Cem Anos” com a França; e internos; tentativas de conquista de Gales, Escócia e Irlanda, bem com a “Guerra das Rosas”, uma guerra civil em redor da sucessão da Coroa. A vitória de Henrique Tudor, que se tornou o Rei Henrique VII, levou a uma forte centralização do poder e ao estabelecimento de um governo forte que apresentava já características modernas conducentes à consolidação do Estado-Nação. Começa a esboçar-se uma Identidade Nacional Inglesa com o uso do inglês em vez do latim ou do francês; como língua de debate político no parlamento, nos testamentos, nas escrituras de propriedades ou na literatura; mas também como reação à longa guerra com a França. Outro aspeto importante prende-se com a transferência da identificação e da *allegiance* com o senhor feudal ou a família para uma comunidade mais vasta, a Nação, entendida como umnexo entre a cultura, a sociedade e a política (cf. Faria, 1996). Henrique VIII quando subiu ao trono estava decidido a aumentar o poder real, para tal seguiu uma política de conquista. Contudo, foi no campo da Reforma, que deixou marcas que ainda estão presentes na cultura, nas instituições e na sociedade britânicas. De salientar que a “Reforma Henriquina” não foi uma simples “jogada política” de um monarca ansioso para encontrar uma solução legal para um problema matrimonial. Trata-se de um processo que deve ser enquadrado no âmbito mais lato das Reformas Protestantes, uma vez que a invenção da imprensa por Gutenberg, associado ao desenvolvimento das línguas vernáculas e à tradução da Bíblia, permitiu a difusão do conhecimento e de novas ideias acerca da religião e da sociedade (cf. Faria, 1996). Com o fim da Dinastia Tudor ascende ao trono os Stuart. O Reinado de Carlos I foi marcado por graves disputas entre os defensores do poder real e os que pediam um maior reforço das competências do Parlamento, exacerbadas pelo casamento do Rei com uma católica e pelo envolvimento na “Guerra dos Trinta Anos”. Com morte do Rei e à vitória dos parlamentaristas emergiu a figura de Oliver Cromwell como dirigente do regime republicano. No âmbito da atuação política e administrativa, a sua acção destacou-se pelos “Atos de Navegação” que vieram determinar que o comércio nos portos ingleses seria feito apenas por navios deste país, criando as

condições para o desenvolvimento do imperialismo marítimo britânico. A Monarquia seria restaurada em 1660 com Carlos II, porém a instabilidade apenas iria acabar com a “Revolução Gloriosa” de 1688 e com uma nova limitação dos poderes reais através da *Bill of Rights* de 1689. Contudo, o aspeto mais importante seria a criação de condições de estabilidade económica, social e política que permitiriam à Inglaterra ser o primeiro país a desencadear a Revolução Industrial (cf. Faria, 1996). De facto, a Revolução Industrial no RU teve um enquadramento político favorável ao desenvolvimento da iniciativa individual e tolerante quanto às liberdades civis. No fim do século XVIII a filosofia britânica apresenta perspectivas novas e originais acerca da relação entre as liberdades, a conduta moral e a acção orientada para a produtividade e para o enriquecimento (Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, entre outros) (cf. Faria, 1996). A “Inglaterra Vitoriana” assistiu ao crescimento do espírito industrial e capitalista e à expansão do Império Britânico. No início do século XX, a Identidade Nacional Britânica expressa-se em novas formas de encenação ritual e simbólica da unidade do Estado (Jubileu da Rainha Vitória em 1897 e seu funeral em 1901, a coroação de Eduardo VII e o funeral deste em 1910), surgindo uma espécie de “tradição inventada” que vem dar coesão à sociedade e cultura britânicas. Ao mesmo tempo que se pode observar uma progressiva extensão da Democracia (alargamento do sufrágio) e da intervenção de novas forças sociais (trabalhistas) na cena política (cf. Faria, 1996). A I Guerra Mundial e, principalmente, a II Guerra Mundial, representam o declínio do Império Britânico, com todas as suas consequências políticas e económicas, mas também ao nível da percepção que os britânicos têm de si mesmos e em comparação com os “outros”. Nas décadas de 60 e 70 do século XX, as novas preocupações e ansiedades da sociedade: o desarmamento nuclear, a preservação da natureza, a libertação das mulheres, os direitos humanos em geral, entre outros aspetos, foram sinais importantes de fragmentação e de desejo de mudança numa sociedade que queria mudar as referências que tradicionalmente lhe conferiam coesão e sentido de propósito. Nos anos 80, o “neoliberalismo thatcherista” reduziu impostos a fim de promover uma sociedade empresarial e uma forma de capitalismo popular. De certa forma, este modelo procurou recordar as tradições enraizadas da cultura inglesa, do “liberalismo vitoriano”, um regresso aos arquétipos do *self-help*, numa espécie de renovação da identidade cultural britânica no regresso a uma ordem reconhecida por todos (cf. Faria, 1996). Desde a década de 90 à atualidade, surgem novas fragmentações sociais que já não se reportam apenas a divisões ocupacionais ou de rendimentos, mas também à fricção entre grupos étnicos, ao acentuar dos nacionalismos (inglês, irlandês, galês ou escocês), às divisões de género e ao acentuar do feminismo. Estamos perante uma constelação de identidades diversificadas. Largos setores da população, comandados por líderes populistas, parecem não compreender que, na Globalização, a economia britânica não está já contida apenas nos seus limites territoriais, mesmo incluindo neles a *Commonwealth*, e que as medidas políticas em grande parte estão dependentes de decisões conjuntas de organizações supranacionais, nomeadamente na União Europeia.

4. Análise SWOT

Neste ponto procedemos à apresentação de uma Matriz SWOT sobre o Brexit na perspetiva da União Europeia, tendo em consideração o objetivo desta comunicação, isto é, que possíveis cenários pós-*Brexit*?

Quadro I - Análise SWOT do Brexit na ótica da União Europeia

FORÇAS	FRAQUEZAS
Capacidade de mostrar uma “frente unida” no quadro das discussões bilaterais entre UE e Reino Unido Aproximação estratégica entre as nações que compoem o Eixo Paris-Berlim Assumiu-se que a UE pode resistir sem o Reino Unido e que continuará o seu caminho geoeconómico e geopolítico	Redução do PIB Europeu Perda de uma Praça Financeira crucial no quadro do Sistema Financeiro Mundial – Londres Redução do mercado único europeu em 60 milhões de consumidores Perda de ligações com o mundo da Comunidade Britânica Quebra de receitas turísticas nomeadamente nos Países do Sul da Europa, com consequências potencialmente graves no quadro dos equilíbrios das Balanças Comerciais de Bens e Serviços (Portugal deverá estar entre as nações mais afetadas neste domínio) Redução de verbas para Políticas Estruturais
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Maiores possibilidades de lançar e concretizar grandes políticas de base europeia, dado que o “Estado Membro reticente” irá sair da UE Reforço da procura de novos mercados que possam, pelo menos parcialmente, compensar perdas associadas ao mercado britânico e da <i>Commonwealth</i> Procurar um entendimento alargado aos 27 Estados Membros sobre o que se quer da UE Europeia no futuro a médio e longo prazos	Perda de Capacidade Geoestratégica Perda de capacidade científica Custos acrescidos nas trocas comerciais entre os dois lados do canal da Mancha Redução da influência Geopolítica da UE Problema da Irlanda do Norte pode reacender-se Efeitos de um possível referendo para a independência da Escócia

5. Notas Finais e Cenários para o Futuro

O Brexit provavelmente reduzirá o PIB *per capita* do RU a médio prazo, o próprio referendo e o processo de saída já prejudicou a economia, com reduções no Produto Interno Bruto, no comércio e no investimento e com o aumento da inflação. A mão-de-obra qualificada poderá diminuir no RU em virtude da redução da imigração dos países do Espaço Económico Europeu. Também o ensino superior e a investigação científica britânicos poderão sair prejudicados com a perda de investimentos europeus. Poderá colocar-se a questão da saída do Mercado Único Europeu e da livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, de acordo com as regras do Espaço Económico Europeu. Paralelamente, com o fim da União Aduaneira é possível o aumento do custo das importações e das exportações. Um dos desafios mais prementes consiste em evitar o surgimento de uma fronteira física entre a Irlanda e a Irlanda do Norte, que dificulte a circulação de pessoas e bens. Por outro lado é imperativo assegurar os direitos dos cidadãos britânicos na UE e dos cidadãos europeus no RU. Por fim, a questão do acordo financeiro com o Reino

Unido, no sentido de este saldar as suas contas no orçamento europeu, no Banco Central Europeu, no Banco Europeu de Investimento ou no Fundo de Desenvolvimento Europeu, bem como o custo de realocização das agências europeias localizadas no Reino Unido, é uma questão em aberto e que tem merecido a maior oposição de Boris Johnson. Em resumo, conforme verificámos, as questões identitárias são muito importantes, o acentuar dos nacionalismos e dos populismos, fruto da crise económica e da questão dos refugiados e dos migrantes também foi importante no resultado do referendo do Brexit. Não sendo despiciente a eventual participação de redes informáticas organizadas (*Cambridge Analytica*) e de entidades estrangeiras (Rússia), Nesta linha de raciocínio, a saída do Reino Unido é uma importante perda, uma vez que se trata de uma das principais potências europeias, tanto em termos económicos, políticos (e militares), demográficos, mas também históricos e culturais. Pensamos, deste modo, que os cenários possíveis para a UE oscilarão entre perdas pouco significativas no quadro da política monetária e Espaço Schengen (dado que o RU não fazia parte destes dois sistemas) e perdas consideráveis ou muito consideráveis nos domínios Geoeconómico (perda de mercados e redução de ligações e oportunidades junto da *Commonwealth*), Geopolítico (menor influência no xadrez das relações internacionais) e Geoestratégico (a UE fica apenas com a França enquanto Nação com capacidade militar expedicionária).

6. Bibliografia

- Anderson, B. (2012). *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- Castells, M. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume II - O Poder da Identidade* (2.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Faria, M.L.L. (1996) *Sociedade e Cultura Inglesas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Kant, I. (2008). *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70.
- Lúcio, J. & Marques, B.P (2017). Cenários para a União Europeia: confronto entre uma “Visão Académica” e uma “Perspetiva Oficial”. In XI Congresso da Geografia Portuguesa: As dimensões e a responsabilidade social da Geografia (pp. 531-533). Porto: Associação Portuguesa de Geógrafos e Universidade do Porto.
- Lúcio, J. & Marques, B.P (2018). Escenarios Posibles para la Unión Europea: de una Visión Académica a una Construcción Pragmática. In XVI Colóquio Ibérico de Geografia: Península Ibérica no Mundo: problemas e desafios para uma intervenção ativa da Geografia (pp. 1335-1343). Lisboa: CEG da Universidade de Lisboa.
- Rubert de Ventós, X. (1994). *Nacionalismos. El laberinto de la identidad*. Barcelona: Espasa Calpe.
- Soysal, Y. (1994). *Limits of Citizenship. Migrants and postnational membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.